

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO
GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE FOMENTO Nº 001/2019

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO - PROCESSO
ADMINISTRATIVO PMCA Nº 869/2019

O **MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.599.409-0001/39, com sede administrativa sito à Rua João Oliveira, nº 500, Centro, Capão Alto/SC, Cep 88.548-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. TITO PEREIRA FREITAS, brasileiro, casado, portador de CPF sob nº 436.492.979-49, adiante nominado **MUNICÍPIO**, e de outro lado a **Associação Catarinense Em Prol do Esporte e Cultura - ASCPE**, CNPJ: 06.143.665/0001-30, com endereço na Rua Dona Linda, nº 29, Imarui/SC, Cep: 88.770-000, representado por seu Presidente **ANDRÉ FABIANO ALCÂNTERA**, brasileiro, casado, portador de CPF: 775.974.009-34, residente e domiciliado na Rua Heitor Liberato, 2150 – Apto 805 B, Itajai/SC, Cep: 88304-101, telefone (47) 99938-5535, e-mail: andre.mrbits@gmail.com, adiante nominada **ORGANIZAÇÃO**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, consoante o regramento da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, com as alterações trazidas pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2.015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto o repasse financeiro pelo **MUNICÍPIO** à **ORGANIZAÇÃO**, no valor de R\$ 30.250,00 (trinta mil, duzentos e cinquenta reais), no intuito de apoiar o 8º Rally Rota Santa Catarina – 6ª Etapa do Campeonato Brasileiro de Rally da Confederação Brasileira de Motociclismo, a ser realizado no período de 20.09.2019 a 22.09.2019, conforme detalhado no Plano de Trabalho, em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

2.1 – São obrigações do **MUNICÍPIO**:

- 1- Receber e analisar a prestação de contas apresentada pelas organizações, que deve observar a forma exigida na Lei nº 13.019/14;
- 2- emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da execução da parceria, e submetê-lo à Comissão de Monitoramento e Avaliação, a qual decidirá acerca de sua homologação ou não;
- 3- repassar os recursos públicos pactuados, conforme o cronograma de desembolso definido pelo **MUNICÍPIO**, desde que os serviços pactuados tenham sido devidamente prestados pela **ORGANIZAÇÃO**;
- 4- manter, em seu sítio oficial na internet, o termo de fomento firmado;
- 5- suspender o repasse dos recursos públicos pactuados, antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria e/ou na prestação de contas.

Rua: João Vieira de Oliveira, 500 - Capão Alto – SC - CEP: 88.548-000.

CNPJ : 01.599.409/0001-39 - e-mail : capaoalto@uol.com.br

Telefone: (49) 32237-2000 - Fax: (49) 3237-2016



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO
GABINETE DO PREFEITO

2.2 – São obrigações da **ORGANIZAÇÃO**:

- 1- manter escrituração contábil regular de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- 2- prestar contas dos recursos públicos recebidos em razão do ajuste celebrado com o **MUNICÍPIO**, através da emissão de relatórios quantitativos e relatórios qualitativos, fornecidos no prazo de 30 (trinta dias) subsequentes ao encerramento da execução da parceria;
- 3- divulgar na internet e/ou em locais visíveis, situados nas suas sedes sociais e nos estabelecimentos em que exerça suas ações, a parceria celebrada com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014;
- 4- dar livre acesso aos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos públicos, bem como aos servidores oriundos dos órgãos de controle interno, Câmara de vereadores do Município de Capão Alto/SC e do Tribunal de Contas, da totalidade dos documentos e informações referentes a parceria firmada com o **MUNICÍPIO**;
- 5- proceder/agir e suportar o ônus de figurar como única responsável pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos públicos recebidos, inclusive no que concerne às despesas de custeio, investimento e pessoal, bem como por todas e quaisquer despesas custeadas com os recursos públicos recebidos;
- 6- responder, como exclusiva e única responsável, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, cujo inadimplemento não implicará em responsabilidade solidária ou subsidiária do **MUNICÍPIO**;
- 7- cumprir as metas e os resultados pactuados no Plano de Trabalho, no projeto apresentado, bem como aqueles oriundos das regras editalícias e do presente instrumento;
- 8- zelar pela manutenção da qualidade dos serviços efetivados para a realização do evento;
- 9- aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo **MUNICÍPIO** na efetivação do objeto deste Termo de Fomento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 – O montante total de recursos públicos a serem repassados e empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de até R\$ 30.250,00 (trinta mil e duzentos e cinquenta reais) o qual deverá ser utilizado para quitação das despesas com ambulância, Taxa Desportiva da Confederação Brasileira de Motociclismo e impressão digital de lonas, faixas, banners e adesivos, benheiro químico, stands Expedição e Produção, segurança e Manutenção, conforme Plano de Trabalho apresentado, para realização do 8º Rally Rota Santa Catarina – 6ª Etapa do Campeonato Brasileiro de Rally da Confederação Brasileira de Motociclismo, a ser realizado no período de 20.09.2019 a 22.09.2019, no Município de Capão Alto/SC, de acordo com explicitado na Cláusula Primeira deste Instrumento.

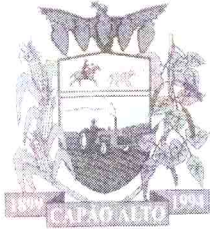
3.2 - O repasse destes valores está condicionado ao atendimento das metas e dos resultados propostos no Plano de Trabalho, podendo ser realizado o pagamento de forma parcelada, conforme melhor entender a Administração Pública.

3.3 - As despesas decorrentes deste Termo correrão por conta do orçamento vigente:
DESPESA: 143-1.10001.23.692.8.2.35.0.339000

Rua: João Vieira de Oliveira, 500 - Capão Alto – SC - CEP: 88.548-000.

CNPJ : 01.599.409/0001-39 - e-mail : capaoalto@uol.com.br

Telefone: (49) 32237-2000 - Fax: (49) 3237-2016



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO
GABINETE DO PREFEITO

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – O **MUNICÍPIO** repassará os recursos em favor da **ORGANIZAÇÃO** na conta bancária 1056120-0, Agência 101, Banco 085, conforme o disposto no art. 53 da Lei Federal nº 13.019/2014. Rendimentos das aplicações financeiras, acaso existam, serão obrigatoriamente aplicados no objeto do termo de fomento, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos;

4.2 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos casos de haver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração, quando a **ORGANIZAÇÃO** deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.3 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do representante da **ORGANIZAÇÃO**, para as finalidades referidas no art. 45 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

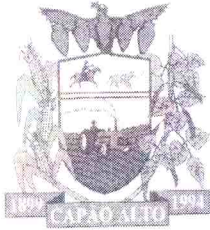
6.1 – O presente Termo de Fomento vigorará a partir da assinatura do presente Instrumento, pelo prazo da execução do objeto destacado no Plano de Trabalho, para a realização do 8º Rally Rota Santa Catarina – 6ª Etapa do Campeonato Brasileiro de Rally da Confederação Brasileira de Motociclismo, nos dias 20 a 22.09.2019;

6.2 - O Termo de Fomento somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação dos respectivos extratos no meio oficial de publicidade da Administração Pública

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, a ser emitido pelo **MUNICÍPIO**, sem prejuízo de outros elementos, conterá:

- 1 – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas no Plano de Trabalho;
- 2 - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO
GABINETE DO PREFEITO

estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
II – valores efetivamente transferidos pela administração pública;

1- análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;

2- análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

1- retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

2- assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, sem prejuízo das sanções cabíveis, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 – Prestar contas de forma integral das receitas e despesas até noventa dias a partir do término da vigência da parceria.

8.2 – A prestação de contas deverá conter elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, destacados nos relatórios de execução do objeto e de execução financeira, bem como entregar balanço patrimonial, balancete analítico anual, demonstração de resultado do exercício e demonstração das origens e aplicação dos recursos da entidade parceira, segundo as normas contábeis vigentes. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

8.3 – A Administração Pública Municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

1- relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria;

2- relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.

8.4 – Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019/14, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto aos resultados já alcançados e seus benefícios;

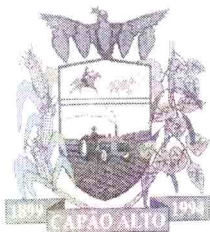
8.5 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela Administração Pública observará os prazos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014 alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015, devendo concluir, alternativamente, pela:

1- aprovação da prestação de contas;

Rua: João Vieira de Oliveira, 500 - Capão Alto – SC - CEP: 88.548-000.

CNPJ : 01.599.409/0001-39 - e-mail : capaoalto@uol.com.br

Telefone: (49) 32237-2000 - Fax: (49) 3237-2016



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO
GABINETE DO PREFEITO

2- aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou
3- rejeição da prestação de contas e adoção e encaminhamentos de providências cabíveis.
8.6 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1º O prazo referido no *caput* é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
8.7– A Administração Pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do *caput* sem que as contas tenham sido apreciadas:

1- não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

2- nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 – As prestações de contas serão avaliadas:

I- regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II- regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

II – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

1- omissão no dever de prestar contas;

2- descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

3- dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

4- desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

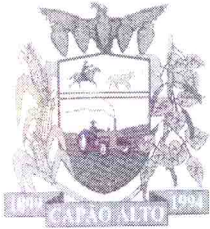
III- Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo Plano de Trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração ou de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do Plano de Trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.9 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

Rua: João Vieira de Oliveira, 500 - Capão Alto – SC - CEP: 88.548-000.

CNPJ : 01.599.409/0001-39 - e-mail : capaoalto@uol.com.br

Telefone: (49) 32237-2000 - Fax: (49) 3237-2016



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo Único: Poderá o **MUNICÍPIO** adotar outras formas de acompanhamento das execuções físicas e financeiras, através de notificação prévia à Organização da Sociedade Civil, respeitando o prazo mínimo de 30 (trinta) dias para sua vigência.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente Parceria poderá ser alterada, mediante assinatura de termo aditivo, nos casos permitidos pela lei vigente, desde que mediante justificativa administrativa pautada no inegável interesse público do **MUNICÍPIO**, e de acordo com o prudente juízo de valor de oportunidade e conveniência da Administração Pública.

9.2 – Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de fomento com alteração da natureza do objeto, bem como em valores desproporcionais que onerem excessivamente os cofres públicos, ou quaisquer alterações que comprometam ou desnaturem a motivação original da celebração do ajuste firmado.

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à análise da Secretaria respectiva.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 – Pela execução da Parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/14, o **MUNICÍPIO** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **ORGANIZAÇÃO**, as seguintes sanções:

I- advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III- declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir Administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II do art. 73 da Lei nº 13.019/14. Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Secretário Municipal a que esteja vinculada a parceria, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

11.1 – O presente termo de colaboração poderá ser:

I- denunciado, a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações referentes ao tempo em que participaram da avença, respeitando o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a notificação da outra parte acerca dessa intenção;

Rua: João Vieira de Oliveira, 500 - Capão Alto - SC - CEP: 88.548-000.

CNPJ : 01.599.409/0001-39 - e-mail : capaoalto@uol.com.br

Telefone: (49) 32237-2000 - Fax: (49) 3237-2016



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO
GABINETE DO PREFEITO

II - rescindido, unilateralmente, pelo **MUNICÍPIO**, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- 1- utilização dos recursos públicos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- 2- inadimplemento, parcial ou total, de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- 3- constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado pela **ORGANIZAÇÃO**; e
- 4- verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, na forma da lei.

III - rescindido, consensualmente, por vontade de ambos os partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1 – A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos seus aditamentos, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário oficial do Município, e no endereço eletrônico: <http://www.capaoalto.sc.gov.br>, publicidade esta a ser providenciada pelo **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DO FORO

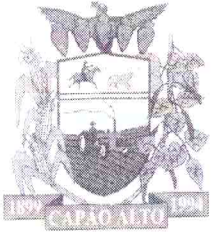
13.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Campo Belo do Sul/SC, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

13.2 – E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Capão Alto, SC, 18 de setembro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS
PREFEITO MUNICIPAL

ASCPE - ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE PILOTOS DE ENDURO
ANDRÉ FABIANO ALCANTERA
CPF: 775.974.009-34



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO
GABINETE DO PREFEITO

Testemunhas:

1. Osone de Freitas Madureza Mourão
Nome:
CPF: 018.124.949-98.

2. [Signature]
Nome: Samuel A. Costa
CPF: 093.489.839-11